

A INFÂNCIA NUM CONFLITO INTERGERACIONAL

CHILDHOOD IN INTERGENERATIONAL CONFLICT

*Tiago Grama de Oliveira **

Cite este artigo: OLIVEIRA, Tiago Grama de. A Infância num conflito intergeracional. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.35-47, Dezembro. 2012. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Dezembro. 2012.

Resumo: O presente artigo procura apresentar brevemente alguns elementos fundamentais dos estudos sociais mais recentes sobre a infância – com os autores Jens Qvortrup, William Corsaro, Alan Prout e Manuel Sarmento – e pontuar – com Pierre Bourdieu – alguns aspectos a respeito da relação conflituosa existente entre crianças e adultos, expressão histórica da dominação ocidental adultocêntrica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que busca estabelecer conexões entre abordagens teóricas complementares e concorrentes. Nosso interesse é salientar contraposições às perspectivas que tratam as crianças como seres inferiores: seres destituídos de cultura, razões e interesses legítimos.

Abstract: This article attempts to briefly present some fundamental elements of the latest social studies concerning childhood – with the authors Jens Qvortrup, William Corsaro, Alan Prout and Manuel Sarmento – and to point, using Pierre Bourdieu, some aspects about the conflictive relationship between children and adults, a historical expression of the western adultcentric domination. It is a bibliographical research that seeks to establish connections between complementary and concurrent theoretical approaches. Our interest is to emphasize the counteract to perspectives that treat children as inferiors: beings devoiced of culture, rationality and legitimate interests.

Palavras-chave: Infância, Conflito, Dominação, Autonomia.

Keywords: Childhood, Conflict, Domination, Autonomy.

1. Introdução

Surgiu uma concepção seriamente modificada da mente infantil – não uma confusão alvoroçada e florescente, não uma fantasia voraz, girando em desamparo num desejo cego, nem tampouco algoritmos inatos gerando uma profusão de categorias sintéticas e conceitos prontos para ser usados, mas uma mente criando sentido, buscando sentido,

preservando sentido e usando sentido; numa palavra – construtora do mundo (GEERTZ, 2001: 186).

No cenário atual das ciências humanas, há a exigência de que as crianças sejam percebidas e aceitas como sujeitos sociais, no sentido pleno da expressão. Pesquisadores/as que trabalham para além das fronteiras entre a antropologia, a sociologia e a psicologia social, como Jens Qvortrup, William Corsaro, Alan Prout e Manuel Sarmiento, entre vários/as outros/as especialistas contemporâneos/as, contribuem com a consolidação e o aperfeiçoamento dos modos teórico-metodológicos de compreensão da(s) infância(s) e das crianças. Consideradas como membros de uma categoria estrutural geracional, ou como atores-rede, ou como protagonistas em etnografias, ou como casos em análises econométricas, ou como agentes na história, as crianças adquiriram o reconhecimento científico merecido de participantes influentes na produção e reprodução de modos de ser e de fazer.

O presente estudo é uma problematização da relação de poder existente entre adultos e crianças na nossa sociedade. Primeiro, apresentaremos elementos que complexificam a noção de infância (CORSARO, 2011; PROUT, 2010; QVORTRUP, 2010a, 2010b, 2011; SARMENTO, 2003) e, em seguida, com Pierre Bourdieu (2004, 2009), daremos ênfase ao conflito na relação intergeracional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que privilegia autores-referência da chamada “nova sociologia da infância”, que propõem e discutem conceitos como: “categoria geracional” (QVORTRUP, 2010a), isto é, limites etários associados às noções como infância e adultez, “reprodução interpretativa” (CORSARO, 2011), como modo criativo de apropriação e transformação do mundo, e “hegemonia gerontocrática” (JENKS, 2005), noção crítica que revela a superioridade do discurso adulto sobre como deve ser a autonomia das crianças.

2. Infância

Começamos pela consideração da “infância como um fenômeno social”. O sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup (2011) apresenta nove teses sobre a questão:

1. A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social de sociedade;
2. A infância não é uma fase de transição, mas uma categoria social permanente, do ponto de vista sociológico;
3. A ideia de criança, em si mesma, é problemática, enquanto a infância é uma categoria variável histórica e intercultural;
4. Infância é uma parte integrante da sociedade e de sua divisão do trabalho;
5. As crianças são coconstrutoras da infância e da sociedade;
6. A infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular;
7. A dependência convencional das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais, assim como para a sua autorização às provisões de bem-estar;

8. Não os pais, mas a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças;

9. A infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendência tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras.

Essas nove teses sintetizam conclusões de um conjunto de pesquisas que vêm sendo realizadas, desde os anos 1980, sobre o tema. Desse ponto de vista, pensar a infância deve levar em consideração a influência sofrida e exercida pelas crianças na sociedade. Mas o que define a “infância”? Qvortrup (2010a) propõe compreender a infância como uma categoria geracional permanente. Em oposição ao ponto de vista que reconhece a infância como um período de transição para a vida adulta, o sociólogo coloca que

A infância *tanto* se transforma de maneira constante *assim como* é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças (QVORTRUP, 2010a: 637).

A infância, enquanto uma categoria geracional estrutural permanente, é transversalizada pelos mais variados parâmetros sociais historicamente constituídos: política, cultura, economia, ecologia, tecnologia, etc. Logo, sua definição depende do entendimento da configuração social datada e localizada. Como a distribuição dos recursos, as orientações normativas e as possibilidades de agência são próprias e, muitas específicas, de cada categoria geracional, seus membros sofrem, interpretam e lidam com o impacto desses parâmetros de maneira distinta (QVORTRUP, 2010a). Inclusive, a comparação entre sujeitos que ocupam (ou ocuparam) a mesma posição social em diferentes épocas, assim como entre os que numa mesma época ocupam (ou ocuparam) diferentes posições, salienta a especificidade dos interesses compartilhados, afins, paralelos, concorrentes ou em disputa.

Essa visão estrutural e sócio-histórica da infância, contudo, nada mais é do que uma perspectiva de análise. A relevância atual dada à infância, semelhante ao modo com que a mulher é destaque na maioria dos estudos de gênero, se deve à crescente oposição civil e intelectual ao caráter tradicional da negligência das ciências humanas em relação às especificidades das coletividades historicamente dominadas (MARCHI, 2010). Não se tratam de categorias essencializadas – embora compreenda a institucionalização da infância na sociedade contemporânea – mas de regularidades relacionais que, apesar de referenciadas em ordenamentos geracionais, ultrapassam seus limites e incluem ambiguidades e contradições. Em vista disso, a referência analítica deve se fundamentar nos padrões interativos observados entre diferentes adultos e diferentes crianças, em virtude da diversidade de fatores que as/os envolvem.

Nossa perspectiva geracional segue a crítica que Jens Qvortrup (2010b) faz às/aos defensoras/es intransigentes da necessidade científica do tratamento multidimensional nos

estudos sobre a(s) infância(s). O problema não está em reconhecer o caráter interseccional do tema – que abarca questões de gênero, raça, etnia, classe, idade, sexualidade, etc. –, mas sim no controle desses fatores, tendo em vista o destaque dado à categoria geracional. “As diversidades que distinguem uma criança de outra são tão importantes e tão significativas quanto as semelhanças que possam compartilhar” (JAMES, 2007, *apud* QVORTRUP, 2010b: 1132).

Se possível e adequado, pode-se incorporar a interdisciplinaridade, o hibridismo [1], o entendimento das redes de relações e seus fluxos de compartilhamento de sentidos e significados e a consideração da mobilidade entre contextos e suas consequências para os sujeitos e para as circunstâncias que os cercam (PROUT, 2010). Entretanto, falar em pluralidade de infâncias não significa negar a existência da infância enquanto um espaço estrutural que apresenta: regularidades na variedade do comportamento real da criança, especificidades de situações distintas, diversidade com que as normas sociais servem de referência, incoerência e inconsistência dessas normas, possibilidade de manipulação dos recursos de ação disponíveis, e tensões e disputas por quais normas devem ser aplicadas (VAN VELSEN, 2010). Em resumo, trata-se de um recurso heurístico que procura elevar o *status* da infância para descobrir o que as crianças diferem daquelas/es que não são consideradas/os crianças.

Assim como o adulto, a criança deve ser observada e entendida para além das dicotomias tradicionais dos estudos sociais: estrutura/ação, natureza/cultura, ser/devir, etc. (PROUT, 2010). Sua agência é limitada e influenciada por normas e valores, mas seus esquemas de percepção são formados criativamente, com oposições e elaboração de novidades. Sua condição humana não se restringe à interação entre cognição e ambiente, nem ao domínio soberano do discurso sobre o corpo. Ser e devir não são mutuamente excludentes: apresentam-se em relação em cada um de nós, crianças e adultos, e podem ser discriminados através de exames devidamente ponderados.

A infância compreende um conjunto de culturas autônomas em relação aos adultos. Há processos de significação e modos de racionalização da ação próprios. Como indica o estudioso português Manuel Sarmiento (2004), essas significações se estruturam em sistemas simbólicos com formas e conteúdos dinâmicos e heterogêneos, de graus variados de padronização, e se manifestam em modos específicos de comunicação nas relações intrageracionais e intergeracionais. Embora muitas vezes ancoradas no contexto cultural mais geral, as culturas da infância se estabelecem em lógicas de inteligibilidade distintas das dos adultos, traduzindo e compartilhando sentidos e significados singulares e relativamente gerais.

Nas culturas infantis [...] [o] processo de *imaginação do real* é fundacional do modo de inteligibilidade. Esta transposição imaginária de situações, pessoas, objetos ou acontecimentos [...], está na base da constituição da especificidade dos mundos da criança, e é um elemento central da capacidade de resistência que as crianças possuem face às situações mais dolorosas ou ignominiosas da existência (SARMENTO, 2004: 25).

O mesmo autor sugere que as gramáticas das culturas da infância podem se exprimir em três dimensões: a) *semântica*: autonomia dos significados construídos e das referências

discursivas; b) *sintaxe*: insubordinação aos princípios da lógica formal; e c) *morfologia*: especificidade dos elementos de formação (SARMENTO, 2004). Essas dimensões se expressam tanto através da fala das crianças quanto por meio da sua interação silenciosa com outras e com objetos e seres vivos diversos, inclusive com os adultos.

O que é produzido e vivenciado coletivamente pelas crianças através de atividades, rotinas, valores e preocupações em contextos de interatividade pode ser denominado como “cultura de pares” (CORSARO, 2011), ou melhor, como cultura intrageracional. Sua constituição ultrapassa os processos de reprodução e se fundamenta em apropriações e produções criativas daquilo que se apresenta do mundo. O tempo assume configurações não lineares, sem medida, e seus fluxos articulam práticas ritualizadas, propostas de continuidade e rupturas. Entre crianças, gestos e palavras são observados, imitados, questionados e modificados. Emoções são compartilhadas, rituais são experienciados e interpretados; grupos e identidades são formados e a seriedade do brincar é compreendida. Segredos são contados e trocados, sinais são codificados e decodificados; pactos são estabelecidos, mudados, discutidos e desfeitos. Um conhecimento é herdado e o mesmo, com elementos transformados, é transmitido diretamente, ou mediado por adultos, à geração seguinte (SARMENTO, 2004).

Nesse sentido, o termo *socialização*, tão comum quando se fala em crianças, perde força em investigações socioantropológicas e passa a ser questionável, pois sua definição é constituída pela ideia de um processo em realização, incompleto e individualista, de adaptação e internalização inevitáveis. A sugestão do pesquisador William Corsaro (2011) para lidar com a deficiência dessa noção é o conceito de “reprodução interpretativa”, que envolve tanto a influência ativa da criança sobre o mundo adulto quanto as especificidades das relações entre pares. Mesmo restrita pela estrutura social existente e pela reprodução social, seu poder de agência lhe garante a capacidade de influir direta ou indiretamente na alteração de padrões sociais estabelecidos e provocar transformações micro e macrosociais.

Um dos elementos fundamentais da reprodução interpretativa são as “rotinas culturais”, que fornecem condições para que a sensação de segurança da relativa previsibilidade do dia-a-dia surja e garanta o favorecimento da percepção, da interpretação e da intervenção do sujeito sobre o mundo social que se apresenta. “Dessa forma, rotinas culturais servem como âncoras que permitem que os atores sociais lidem com a problemática, o inesperado e as ambiguidades, mantendo-se confortavelmente no confinamento amigável da vida cotidiana” (CORSARO, 2011, p. 16). A linguagem é, assim, apropriada pelas crianças desde que nascem (ou, talvez, antes de nascerem, como sugere Annie Murphy Paul [2]), o que faz com que as bases do compartilhamento interativo sejam estabelecidas antes da consciência sobre elas.

Das arenas fechadas do espaço doméstico até os horizontes infinitos do ciberespaço, as fronteiras são erguidas por uma hegemonia gerontocrática, normatizadas pela disciplina e legitimadas por meio de ideologias de cuidado, proteção e privacidade (JENKS, 2005: 74) [3].

A chamada “ideologia da família”, sustentada pelo poder estruturante do conservadorismo patriarcal e patrimonial, herança que atravessa a cultura romana antiga e o

cristianismo medieval, reconhece a criança como propriedade do pai ou do responsável equivalente. Destituída da condição plena de cidadã, privatizada pela família, tem direitos públicos obstaculizados pelos direitos privados de seus responsáveis parentais. Indo mais a fundo, a infância na visão comum pode ser considerada como “o protótipo de uma categoria minoritária, pois metáforas ‘criança’ ou ‘infantil’ são frequentemente utilizadas para caracterizar outros grupos minoritários” (QVORTRUP, 2011: 210). Inclusive, o tom pejorativo presente no uso corriqueiro do termo “primitivo” é bastante associado ao uso do termo “infantil”, o que denota um duplo equívoco desvalorativo, além da aplicação incorreta.

Os privilégios adultos em relação às crianças são constantemente naturalizados e a desigualdade geracional é vista como necessária para o bem da infância. Dessa forma, na atualidade, o paternalismo justifica a suposta incapacidade jurídica das crianças de decisão autônoma através da inquestionabilidade da afetividade materna/paterna sincera. Por outro lado, como salienta Sarmiento (2004), condicionando profundamente as suas formas de existência, a infância é o grupo geracional estatisticamente mais pobre, a imensa maioria de seus membros não tem rendimentos econômicos próprios e todos, diferentemente dos adultos, são legalmente obrigados a frequentar uma instituição escolar [4].

Discussões nacionais e internacionais sobre assuntos econômicos e políticos que não envolvem explicitamente as crianças desconsideram os seus direitos e o fato de que elas também sofrem (e de forma diferenciada) com os efeitos das decisões tomadas nas esferas do Estado e do mercado. Muito menos é levado em conta o que elas têm a dizer, o que pensam e o que sentem. A intenção de preservá-las de certos riscos precisa ser reavaliada caso não queira ser interpretada como uma forma deliberada de exclusão, pautada na autoridade dos discursos paternalista e científico (biológico e psicológico), e que as expõe a outros tipos de perigos, indiretos ou mediados.

A dificuldade de lugares-comuns, nesse sentido, é grande, principalmente, devido à forma com que as crianças são vistas: não com hostilidade, mas com menosprezo. Cabe aqui uma apropriação da denúncia de Pierre Clastres (2003): aliado ao etnocentrismo, temos um adultocentrismo que se coloca como universal e que opera através do critério da *falta* para desqualificar a infância, suas demandas e suas críticas. Niklas Luhmann (1991 *apud* QVORTRUP, 2011) cunhou a expressão “máquinas triviais”, transformadores permanentes e constantes de *inputs* e *outputs*, para representar o modo com que as crianças são vistas pela sociedade adulta. Apesar de todo o discurso que valoriza a ludicidade e a inventividade da infância, prevalece na prática a percepção de que elas são mais sugestionáveis e vulneráveis, que são acrílicas às influências. “[...] a tese das crianças como participantes na construção do mundo é radical o suficiente para tornar-se uma ameaça à ordem social [...]” (QVORTRUP, 2011: 207).

3. Poder Simbólico

Nossa perspectiva teórica segue o caminho proposto por Pierre Bourdieu (2004), que valoriza uma confluência entre os pontos de vista estruturalista e construtivista. A objetividade e a subjetividade da vida social se apresentam em relação dialética. Estruturas sociais objetivas,

independentes da consciência e da vontade da criança ou do adulto, orientam e delimitam suas escolhas, suas ações e suas representações, a partir das posições sociais que ocupa. Essa influência estrutural se dá em interação com os esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de comportamento desses sujeitos, em campos sociais específicos. A agência – a intervenção reflexiva na realidade – é condicionada tanto pelos elementos que constituem as referências culturais e cognitivas da criança e do adulto quanto pela configuração das normas existentes e dos recursos materiais e simbólicos acessíveis, definidos pelas interpretações das relações entre as posições sociais estruturadas. Essas interpretações são direcionadas pela ordenação que o poder simbólico vigente exerce através da sua legitimidade. Todo esse conjunto de processos é dinâmico e está em constante mudança: transforma tanto as relações quanto os próprios fatores em jogo.

A visão que temos do espaço social em que estamos depende da relação entre a posição que ocupamos nesse espaço – e seus interesses estruturalmente associados – e as estruturas mentais cognitivas e avaliatórias interiorizadas – de forma ativa, com oposições e modificações – do mundo social. No entanto, mesmo dotada/o da capacidade de participar ativamente na formação do próprio *habitus*, prevalece a tendência da criança e do adulto perceber a realidade que se apresenta como evidente. “O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído” (BOURDIEU, 2004: 158). Num mesmo campo, ou na transversalidade de campos, a pluralidade de interesses, orientados por todos esses processos referidos, se manifesta, na prática, na busca pelo monopólio da nomeação legítima, isto é, pelo poder simbólico de definir quais normas devem ser acionadas e quais recursos estão disponíveis, em determinados momentos, para determinadas pessoas.

Todos os grupos humanos se fundamentam em normas e possuem diferentes papéis sociais. Em todas as sociedades, há indivíduos, ou grupos de indivíduos, que são autoridades, no nível micro ou no nível macro, reconhecidas pelos demais membros. Em muitas, inclusive, há relações de comando e obediência, entre sujeitos dominantes e sujeitos dominados. Nas palavras de Max Weber (1999: 33), dominação é “a probabilidade de encontrar obediência a uma norma de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. Se há dominação, há, então, uma relação social de poder desigual. Entretanto, as relações de dominação se caracterizam por buscar formas de legitimação, ou seja, de serem consideradas como necessárias para a manutenção da ordem social.

Nesse contexto de dominação, a intensidade da força produtora e reprodutora do poder simbólico é determinada pelo grau de cumplicidade dos que exercem o poder e dos que são sujeitados por ele. “A objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (BOURDIEU, 2009: 8). O poder simbólico é condição necessária para a construção e comunicação de realidades inteligíveis, dotadas de sentido, lógica e ordem próprias. Essas concepções de realidade podem ser consideradas ideologias, isto é, conjuntos de ideias e valores coletivamente produzidos e apropriados, que estão a serviço de interesses

particulares e que se apresentam como universalmente válidos ao grupo em questão. “A cultura que une – intermediário de comunicação – é também a cultura que separa – instrumento de distinção – e que legitima as distinções compelindo todas as culturas – designadas como subculturas – a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 2009: 11).

Toda interação social produz e/ou reproduz relações de poder instituídas. Por ser um instrumento estruturado e estruturante, o poder simbólico reforça a sua própria força nos processos de imposição da legitimidade da dominação. Conforme o campo das posições sociais e o poder acumulado pelos sujeitos, sistemas simbólicos são produzidos e apropriados pelos interesses de grupo que exprimem, pelos interesses específicos dos produtores e pela lógica específica do campo de produção.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2009: 15).

Para além da proibição e da repressão, da prescrição e da sugestão, o discurso sustentado pelo poder simbólico sai da boca das/os próprias/os dominadas/os como justificativa do estado atual das coisas, o que legitima a naturalidade aparente da realidade. Esse é o caso da relação entre adultos e crianças na nossa sociedade. Mesmo com as mais diversas mudanças de contextos e circunstâncias de interação ocorrendo na atualidade, persiste a desvalorização da autonomia política infantil e, ao mesmo tempo, cresce a estimulação ao consumo irrefletido.

4. Conflito intergeracional e Infância

A distância legal que separa a infância dos assuntos adultos não só nega o direito das crianças de participarem das decisões políticas, como também reforça a distribuição desigual de poder entre esses dois grupos geracionais. *A falta* de capacidade de avaliação e julgamento sobre o que seria a melhor escolha não é algo dado pela natureza da infância, mas sim uma ideia construída pelos adultos. Associada à boa intenção que sustenta o discurso de proteção da infância está o sentimento de que é preciso preservar a fragilidade infantil para manter a ordem social e garantir a sua reprodução com o mínimo de mudanças.

Mesmo não se tratando de conspiração, as/os responsáveis privadas/os pelas crianças, assim como as/os representantes políticas/os dessas/es responsáveis, agem com a certeza de que sabem o que é o melhor para todas e cada uma. Baseadas/os na autoridade dos saberes da psicologia cognitiva que permeia o senso comum sobre a infância, veem as crianças como seres em condição neuropsicológica inferior, em fase de transição, destituídas de consciência sobre o

que faz bem/mal a curto, médio e longo prazo. Não é por acaso que as/os responsáveis privadas/os pelas crianças têm grande dificuldade em conversar com elas quando não concordam com suas atitudes. Para que exista tal boa vontade em entender as suas razões, os adultos precisam aceitar que o ponto de vista da criança tem importância e legitimidade. No entanto, seguindo as diretrizes da dominação tradicional (WEBER, 2004) intergeracional, partem do princípio de que não deve haver dúvidas sobre o quanto estão certos a respeito do que se deve esperar de uma criança sob a sua responsabilidade. Preferem recorrer às/aos antepassadas/os ou às/aos especialistas ao invés de reconhecer que a criança tem algo a dizer e pode ter razão.

Essa ambiguidade dominação/proteção intergeracional é semelhante a que o Estado democrático de direito exerce sobre as/os cidadãs/ãos, inclusive no que diz respeito ao “monopólio legítimo da violência”, e se efetiva também através dessa dominação estatal legal-racional (WEBER, 2004). Apesar da importância da criação, no Brasil, do *Programa Único de Atenção Integral à Primeira Infância* [5] e da *Ação Brasil Carinhoso* [6], prevalece no discurso político o sentido capitalizante e instrumental da infância, isto é, o interesse pela produção de “capital humano”, tendo em vista a melhoria dos “índices de qualidade” nacionais. A relevância dos benefícios esconde a estruturação sociocultural que restringe condições e direciona oportunidades num sentido não declarado.

A naturalidade com que os adultos são considerados representantes legítimos das demandas infantis na esfera pública tem raízes fortes nas instituições legais estabelecidas e na nossa tradição paternalista e na ideologia da família – que, sustentada pelo patriarcado, sacraliza o modelo de família nuclear antropocêntrica e subestima o valor humano da mulher e da criança (MARCHI, 2011). No campo político, a desigualdade geracional é uma das mais consolidadas, pois sua sustentação se deve à negação do direito de oportunidades de deliberação e intervenção pública às crianças. Por conseguinte, elas sofrem com a dominação estatal, e num sentido mais profundo, pois não são consideradas plenamente como cidadãs, apesar de terem direitos formais. Por exemplo, no art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1989), está estabelecido que as crianças só têm o direito de opinar livremente sobre os assuntos que diretamente lhes dizem respeito (QVORTRUP, 2010c). Entretanto, sabemos que opinar livremente não significa ter a opinião valorizada e considerada como relevante. Essa questão também está presente na discussão que Qvortrup faz sobre as eleições democráticas. Sobre o reconhecimento de que a criança é incompetente para votar, o autor provoca

Não quero discutir o argumento em si. Isso pode até ser verdade, mas, nesse caso, é preciso fazer três perguntas: se a competência é o principal critério para votar, é seguro então que todas as pessoas politicamente incompetentes são impedidas de votar, independente da idade? A sociedade seria prejudicada se crianças fossem eleitores? A criança (ou as crianças) sofreria(m) algum dano, injustiça ou iniquidade por não terem acesso às urnas? (QVORTRUP, 2010c, p. 781).

A questão aqui não é a necessidade de delimitações na legislação, mas, a falta de debates sobre a arbitrariedade na definição da idade mínima para participar de uma eleição. Esse é mais um sinal da naturalização da ideia de uma suposta “inabilidade política” das crianças. Em contrapartida, explorando outras formas de participação política, como em movimentos sociais e em ações locais, Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) mostram, em brilhante pesquisa empírica realizada em Portugal, que a *falta* não está na capacidade das crianças, mas no desconhecimento dos adultos a respeito da importância cooperativa que elas possuem. “O reconhecimento desse estatuto moral ‘público’ das crianças é certamente a condição da construção, com elas, de cidades menos assépticas, de jardins mais ensolarados, de cidadãos menos cúpidos...” (2007: 204).

Entretanto, as relações de poder entre crianças e adultos também compreendem aquilo que James Scott (2002) chama de “formas cotidianas de resistência”. Não se trata de ações coletivas organizadas com fins deliberados e com o objetivo de romper com a dominação tradicional paternalista, mas de práticas isoladas e semelhantes entre si, que procuram questionar a insensibilidade da autoridade adulta em relação às razões infantis. Desobediência, indisciplina, birra, pirraça, entre outros comportamentos, são termos comuns para (des)qualificar as atitudes das crianças quando elas não seguem as normas impostas pelas/os suas/seus responsáveis privadas/os. O ponto de vista quase sempre se centra na infração e não nos seus motivos. Geralmente, a reflexão alcança a hipótese de que a criança quer provocar com a intenção de chamar a atenção, mas não passa disso. Necessariamente, são as crianças que estão erradas, nunca as normas, pois as crianças são vistas como inconsequentes e as normas têm a finalidade “educacional” de preparar para o futuro, para o mundo cruel e incerto dos assuntos adultos.

Desde que nascem, as crianças vivem em forte tensão intergeracional. No processo de reprodução interpretativa (CORSAIRO, 2011), formam o próprio *habitus* em interação criativa com as normas familiares e com as culturas infantis e adultas, nas relações sociais que estabelecem, em determinados campos (BOURDIEU, 2009), sob a grande diversidade de influências existentes. A mídia, a unidade escolar, o posto de saúde, etc. oferecem outras possibilidades de perspectiva que vão além daquelas apreendidas no lar e muitas vezes se opõem a elas. A criança hoje, num certo sentido, tem mais recursos de agência devido à quantidade e à variedade de informações a que está exposta. Todos esses fatores contribuem com a constituição das suas formas de resistência que se colocam na problematização das limitações de sua autonomia. Se a felicidade é um valor consensual, desejado e buscado por todos, é preciso reconhecer e aceitar que ela pode e deve ser vivida pela criança, no futuro, como adulto, e também no presente, como criança.

5. Considerações finais

É inócuo dizer que tudo é construção social, inclusive a natureza enquanto concepção humana. Porém, o sentimento de segurança constituído e estabelecido pelo nosso *habitus*, nas relações sociais contextualizadas e circunstancializadas, faz com que a atribuição do “estatuto de

verdade” seja muitas vezes dado sem reflexão às coisas mais banais da vida cotidiana. É o caso da dominação tradicional (e legal-racional) dos adultos sobre as crianças. Ignorar o que as crianças têm a dizer, suas representações e seus pontos de vista, pode ser interpretado como uma estratégia de manutenção da desigualdade intergeracional, legitimada através da manipulação do poder simbólico, que tem consequências decisivas sobre as outras formas de poder e que age sobre a percepção das próprias crianças a respeito dessa realidade, impondo barreiras à sua conscientização. Entretanto, a(s) infância(s) não são estados de integral subalternidade; ela(s) se colocam em posição de conflito. O crescente e alarmante número de casos de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), por exemplo, pode ser entendido como um sinal das crianças de que a sociedade adulta colocada para a(s) infância(s) apresenta a todos contradições insustentáveis. Nesse mesmo sentido, variadas formas de reação, oposição, resistência e proposição de novos caminhos se manifestam sem a compreensão de suas motivações enquanto tais. Não precisamos dar voz às crianças, elas já a têm. Nós é que precisamos nos calar e ouvi-las.

As mesmas exigências atuais colocadas pelas e para as ciências sociais sobre o sujeito social (adulto) devem ser discutidas na compreensão da(s) infância(s). Não só os estudos específicos sobre as crianças devem invocar as suas singularidades, mas também os estudos sociais gerais, pois, assim como gênero, raça/cor, etnia, orientação sexual, classe social, etc. possuem especificidades que merecem ser reconhecidas e que influenciam no conjunto das relações sociais, a infância apresenta um fecundo potencial de contribuição para o entendimento da(s) humanidade(s). Muito aprendemos na antropologia com a diversidade cultural de pessoas (adultas) dos mais variados lugares do mundo. Faz-se, também, necessário aprender com as crianças daqui e de todos esses outros lugares.

Reconhecemos a parcialidade e os limites da abordagem aqui desenvolvida. Nossa justificativa se baseia na intenção em dar ênfase a uma forma ver alguns aspectos da relação entre adultos e crianças para estimular a produção de estudos mais complexos e completos sobre o tema. 🌀

NOTAS

* Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou essa pesquisa sob orientação da Professora Dra. Livia Maria Fraga Vieira e sua linha de pesquisa é Trabalho Docente na Educação Infantil. Atualmente, é bolsista da FAPEMIG. E-mail: ot.grama@gmail.com.br

[1] Entendido aqui como o reconhecimento das fronteiras que separam entidades como presentes/ausentes conforme o lugar de observação e a intenção.

[2] Fonte: “Annie Murphy Paul: *What we learn before we're born*”. Disponível em: http://www.ted.com/talks/annie_murphy_paul_what_we_learn_before_we_re_born.html (acessado em 28/10/2012)

[3] “From the close arenas of domestic space to the infinite horizons of cyberspace the boundaries are erected by a gerontocratic hegemony, policed by discipline and legitimized through ideologies of care, protection and privacy” (JENKS, 2005: 74).

[4] É preciso salientar que o contexto referido é aquele em que predomina as formas de estruturação socioculturais do chamado “mundo ocidental”. Outras sociedades, como as ameríndias estudadas por Antonella Tassinari, em *Concepções indígenas de infância no Brasil* (2007), apresentam visões que não são adultocêntricas e que favorecem e estimulam a participação social plena e a autonomia das crianças.

[5] Proposta de política pública social da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) que procura incluir num único programa diversas ações de saúde e educação que envolvem as crianças de 0 a 3 anos de idade. Mais informações, disponíveis em: <http://www.sae.gov.br/primeirainfancia/ProgramaUnicoDeAtencaoIntegra-PrimeiraInfancia.pdf> (acessado em 28/10/2012)

[6] Ação, integrante do *Plano Brasil sem Miséria*, focalizada nas crianças de 0 a 6 anos de idade que vivem na extrema pobreza. Garante, junto ao *Programa Bolsa-Família*, uma renda mínima de 70 reais por membro da família, cuidado adicional à saúde da criança, ampliação do número de creches e melhoria das condições das já existentes. Mais informações, disponíveis em: www.jusbrasil.com.br/ (acessado em 28/10/2012)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: _____. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

JENKS, Chris. **Childhood**. London / New York: Routledge, 2005.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 387-406, jul./dez. 2011.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez. 2010.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010a.

_____. A tentação da diversidade – e seus riscos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, out./dez. 2010b.

_____. Infância e política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, set./dez. 2010c.

_____. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

- _____. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. In: CERISARA, Ana Beatriz; SARMENTO, Manuel Jacinto (coords.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação**. Porto: Asa, 2004.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, Braga, n. 25, p. 183-206, 2007.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, jan./jun. 2002.
- TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Tellus**. Campo Grande, ano 7, n. 13, 2007.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 1989. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm (acessado em 28/10/2012)
- VAN VELSEN J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. v. 2, Brasília: UnB, 1999.
- _____. Tipos de Dominação. In. BAGRA DA CRUZ, M. (org.). **Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.